

O conceito de Esfera Pública e a Teoria Pós-Colonial no Jornalismo

The concept of public sphere and the Postcolonial Theory in Journalism

El concepto de esfera pública y la teoría poscolonial en el periodismo



Lucia Helena Pereira

Doutora em Sociologia e Antropologia e professora adjunta da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

luciahelena@uft.edu.br

Recebido em: 23/09/2019

Aceito em: 08/10/2020

DOI: 10.46952/rebej.v10i26.337

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir epistemologicamente o conceito de Esfera Pública desenvolvido por Jürgen Habermas (1962), sua validade para elucidação da relação entre poder e comunicação, e as possibilidades do seu uso para o apoio de forças discursivas contra-hegemônicas. À luz dos estudos pós-coloniais, o artigo pretende ainda uma aproximação teórica entre esta corrente sociológica e a sociologia da comunicação. Compreende a importância do conceito para o desenvolvimento dos estudos de Jornalismo e do pensamento de um possível processo de descolonização dos atores sociais numa convivência política de sentido democrático-emancipatório.

PALAVRAS-CHAVE

Esfera Pública.
Epistemologia. Sociologia da Comunicação. Estudos Pós-coloniais.

ABSTRACT

This article aims to discuss the concept of epistemological Public Sphere developed by Jürgen Habermas (1962), its validity for understanding the relationship between power and communication and the possibilities of its use for the support forces counter-hegemonic discourse. In light of the post-colonial studies, the article also a theoretical approach between this sociological current and the sociology of communication, based on the understanding of the importance of the concept for the development of both journalism studies as to the thought of a possible process decolonization of social actors in a non-hegemonic political coexistence of democratic emancipatory sense.

KEYWORDS

Public Sphere. Epistemology. Sociology of Communication. Postcolonial Studies.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir epistemológicamente el concepto de Esfera Pública desarrollado por Jürgen Habermas (1962), su validez para dilucidar la relación entre poder y comunicación, y las posibilidades de su uso para apoyar fuerzas discursivas contrahegemónicas. A la luz de los estudios poscoloniales, el artículo también busca un acercamiento teórico entre esta corriente sociológica y la sociología de la comunicación. Comprende la importancia del concepto para el desarrollo de los estudios de Periodismo y el pensamiento de un posible proceso de descolonización de los actores sociales en una convivencia política con sentido democrático-emancipatorio.

PALABRAS CLAVE

Esfera pública.
Epistemología. Sociología de la comunicación. Estudios poscoloniales.

1 INTRODUÇÃO

A centralidade do conceito de esfera pública, formulado pelo sociólogo Jürgen Habermas, no início dos anos 60, no âmbito da discussão do pensamento crítico, é de importância para qualquer empreendimento epistemológico que leve a sério a questão da relação comunicação social e poder. Pensar a complexidade da comunicação e seus meios de interação atuais nas sociedades contemporâneas e as possibilidades de emergência de práticas democráticas faz do conceito habermasiano uma tentação de ancoragem teórica, seja no almejo de uma reformulação conceitual que insira as contribuições críticas já realizadas, seja nas tentativas de outros olhares que apontem produtividade para o conceito.

Não fosse tal tentação se manifestar através dos artigos científicos que discutem o conceito, também se nota presente nas sistemáticas discussões que vêm sendo feitas nos espaços acadêmicos e este artigo não se pretende muito diferente disso. Almeja, no entanto, a reunião das principais críticas que têm sido aplicadas ao conceito pela sociologia da comunicação e da política¹ para a aproximação com o pensamento dos estudos culturais pós-coloniais para uns, ou neo-coloniais para outros²; ou seja, incorpora toda uma discussão teórica e política que vem se desenvolvendo em torno das sociedades que, tanto sofreram o processo de descolonização iniciados na segunda metade do século XX, quanto sofrem por razões persistentes da violência da colonização na sua condição histórica, geopolítica de vida mundializada.

Quanto à epistemologia da comunicação social desenvolvida durante o século XX, chega neste século repleta de "novas miradas", de "viradas interpretativas", ricas e despertadas pela velocidade dos acontecimentos sociais e políticos, além da variedade das descobertas tecnológicas que marcaram o século passado e principalmente o início deste século. Como campo de estudo interdisciplinar, pensar a comunicação mediada e sua relação com o poder é pensar todo o universo simbólico onde hoje se dá a vida política. Sociologia da comunicação e sociologia política são campos epistemológicos atualmente amalgamados numa tendência a um processo de racionalização dos contextos sócio culturais que têm a Teoria da Ação³ hoje mais evocada às análises da comunicação e da política do que a Teoria Histórica da época da hegemonia das análises marxistas, fato justificado na análise de Esteves (1995).

Esteves se refere a um "esquematismo elementar do evolucionismo" em Marx para defender a frequência da análise do pensamento democrático através "dos princípios originais da filosofia da vida burguesa", referindo-se evidentemente à obra de Habermas, intitulada "Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigação quanto a

¹ A sociologia da comunicação é uma área da sociologia que estuda os envolvimento socioculturais que nascem da mediação simbólica, com particular atenção aos meios de comunicação (rádio, cinema, televisão, internet...), já a sociologia política é o ramo da sociologia que reflete sobre o poder, o Estado e o dever político.

² Alguns autores, como Lyotard e Jameson, preferem o termo neocolonialismo, para definir esta corrente teórica, já que o colonialismo persiste na modernidade e até mesmo é fundador desta modernidade.

³ Teoria da Ação Racional (TAR) tem a sua gênese na psicologia social, que busca identificar os fatores determinantes do comportamento intencional, que define as relações entre crenças, atitudes, normas subjetivas, intenções e comportamento. A Teoria da Ação Comunicativa, formulada por Habermas é assim pertencente a esta linha teórica.

uma categoria da sociedade burguesa” (1962, 1984), onde o sociólogo desenvolve o que aqui nos interessa: o conceito de Esfera Pública. Habermas, como disse Esteves, se afasta da Teoria Histórica e, talvez já influenciado pela tendência epistemológica dos anos 70 conhecida como “a virada para a linguagem”, escreve a Teoria da Ação Comunicativa, evocando uma razão comunicativa. Mas, perguntamos se a Teoria da Ação Comunicativa (1981) habermasiana que vai se desenvolver a partir da análise das transformações sofridas pelas sociedades pós-iluministas e suas formas de participação no debate político podem nos ajudar a pensar uma esfera pública verdadeiramente emancipadora nos dias atuais nas sociedades pós-colonizadas?

E mais. Os pressupostos universais de Habermas de acesso dos argumentos-cidadãos à esfera pública seriam possíveis em sociedades marcadas por diferenças identitárias de seus cidadãos inclusive de referência linguística diversa? Ou pelo contrário, esta mesma democracia garantida pelo debate político através da lógica da razão comunicativa seria o que estamos aqui a perseguir, uma possibilidade de ação emancipatória para uma ecologia dos saberes⁴?

Aqui nos encontramos com as teorias dos estudos culturais pós-coloniais que nos força a pensar na sociologia das ausências (Santos, 2008), ou seja, as inúmeras sociedades que estão fora da esfera pública habermasiana ou ainda na própria razão comunicativa que orienta a comunicação na esfera pública são de uma universalidade muito mais normativa do que factual. Não seria então, a razão comunicativa também uma razão metonímica⁵, de que também nos avisa Santos?

Para tanto, começamos com uma revisitação do conceito de esfera pública na obra, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, já citada acima; depois veremos suas implicações na formulação da Teoria da Ação Comunicativa. Tal revisitação se dará focada no conceito de esfera pública admitida através da mídia em geral, especificamente nos meios informativos, ou seja, a imprensa. Isto significa pensar também o debate político através dos meios de comunicação alternativos, comunitários, radicais, interativos, além, evidentemente, dos tradicionais.

A intenção é um contributo à corrente de investigação da Teoria Pós-Colonial no sentido de reinvenção da emancipação social e de alternativas epistemológicas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, e no apoio às lutas dos movimentos sociais contra a exclusão e a discriminação em diversos domínios do saber.

2 ESFERA PÚBLICA: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UM CONCEITO

Quando Habermas formula o conceito de esfera pública em sua obra “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*” (1962), o faz incluindo como espaços constitutivos do conceito de esfera pública, a imprensa, além de outros espaços, como os salões, os cafés, ou seja, os espaços frequentados pela classe burguesa à época. A imprensa, considerada como fenômeno social do início da sociedade moderna, oitocentista, iluminista; ao lado da literatura, constituía-se como fomentadora e/ou animadora de

⁴ Ecologia dos saberes: conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes (SANTOS, 2008, p. 154).

⁵ Razão metonímica: toda a compreensão e toda a ação é referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre as partes que o compõe. Isto não permite as diferenças e nem a aparição das vozes minoritárias e hierarquiza forçosamente a sociedade.

opiniões e reflexões políticas que viriam a contribuir para o debate político no período histórico citado. Quando descarta da sua análise histórica a noção de “esfera pública plebeia”, diz que sua escolha refere-se “aos traços de uma formação histórica que alcançou dominância” – a classe burguesa - em detrimento “da esfera pública plebeia que continua se orientando pelas intenções da esfera pública burguesa e foi sua herdeira de ideias no século XVIII” (1984, p. 9). Assim, a esfera pública plebeia como instância não dominante e de acordo com as ideias burguesas, é apenas repetidora de opiniões e, portanto, não capaz da participação ou da realização do debate político.

Em sua conceituação, essa esfera pública surge apoiada pela literatura e pela imprensa, instituição ideológica cuja gênese histórica coincide com a do conceito. Vale lembrar aqui o que significa para o autor o termo “público” acoplado à ideia espacial-geométrica de “esfera”: significações de publicização, de publicidade de ideias privadas que se tornam públicas, entram em situação de apresentação, de anúncio. Assim, a imprensa seria “fomentadora desse processo de publicização e/ou publicidade das ideias burguesas”. Habermas então diferencia “público” de “poder público”. Há, portanto, interseções do poder público e do setor privado na esfera pública: tanto os ideais do patriarca burguês que surge no espaço íntimo da casa (*oikós*), quanto os ideais das instituições estatais; alimentam o debate político na esfera pública. No centro, há ainda a imprensa, a literatura e todo o chamado mercado de bens culturais, ou seja, produtos culturais que alimentam o debate político da esfera pública já que carregam as opiniões, os ideais dessa classe que se pretende dominante e do poder público, enquanto fontes de opiniões

A representação dos interesses de uma esfera privatizada – a esfera da classe burguesa - da economia de trocas, é interpretada com ajuda de ideias que brotaram do solo da intimidade da pequena família: “a humanidade tem aí o seu local genuíno e não, como corresponderia ao modelo grego, na própria esfera pública”, diz Habermas (1984: 31). A esfera pública então é a própria *polis*, rigorosamente separada da esfera do *oikos* (esfera privada). O caráter público constitui-se na conversação e não está restrito a um local público; pode assumir a forma de conselho, de tribunal ou da *práxis* comunitária.

Comunicação é poder. Não se realiza o poder no sistema social sem comunicação. Também, nos estudos sociológicos da comunicação, a relação comunicação-poder está assentada na produção de sentido para a ação política, como explicou Esteves: “a relação poder-comunicação radica na convicção de que a discussão pública constitui a substância da vida política” (2007, p. 448). Está aqui a relevância do conceito de Habermas para análises teóricas dessa importante relação nos dias atuais.

Outro apontamento relevante trata do próprio sentido figurativo do termo geométrico de “esfera”. “Esfera” significa o campo em que uma classe social, nos traduz uma linha imaginária de limite, de fronteira, de um grupo de pessoas com situação social semelhante, exerce autoridade e/ou desempenha suas atividades. Isto significa dizer, que pela esfera pública habermasiana, não haveriam “contaminações” desse campo, ou melhor, as atividades comunicativas exercidas nesse processo de conversação, não teriam interferências de outros atores, ou de outras formas comunicativas, ou de “outras esferas”.

O termo “esfera” marca fronteira definida: o que pertence a esta esfera e o que não a pertence. À esfera dos iguais, ou atores de interesses semelhantes. Assim, como vimos em Habermas, só é Esfera Pública as conversações da classe dominante, o resto

faz parte da esfera plebeia que não tem capacidade para comunicar opiniões próprias, já que suas comunicações ou sua subjetividade estão alienadas às ideias da outra esfera. Pensamento que transmite uma definição fechada de sistema social no qual uma vez estabelecida a dominância de um ideal, não tem possibilidade de interseção entre esferas além dessa dominação, entre as esferas plebeia e burguesa e que, não distingue os grupos burgueses da época citada, passando inclusive “por cima” da História. Por exemplo, na França, logo após a Revolução, historiadores e cientistas políticos apontam as opiniões diferentes existentes entre os grupos burgueses jacobinos (a chamada “baixa burguesia”) e girondinos (a “alta burguesia”) em relação à participação do povo na política. Será que a esfera plebeia que também poderia, nos termos de Habermas, estar se formando no mesmo momento histórico não teria nenhuma influência sobre esta diferença de opiniões? Afinal por que os historiadores definiram esses grupos de “alta” e “baixa” burguesia, não seria por maior ou menor proximidade com as características do povo na hierarquia social? E que aqui não estamos sequer falando de “outras esferas” que não a da classe burguesa como poderíamos pensar nas esferas de gênero ou de etnia da época, fato já apontado por diversos autores de diferentes correntes das ciências sociais.

Legitimados os interesses da classe burguesa, Habermas identifica a erosão da esfera pública, quando - já durante o século XIX, mas principalmente no século XX, a opinião pública sofre uma mudança com a extensão dos direitos políticos (sufrágio “universal” masculino) e à constituição de partidos políticos, sindicatos e variadas associações que viabilizam a participação organizada da sociedade, além do desenvolvimento da imprensa popular. Assim, o que era resultado de um debate justo e em prol do “bem comum” de uma elite, vai se transformando em um outro tipo de opinião pública, menos reflexiva, “mais espontânea”, mal interiorizada, meio que uma emissão de “tagarelada geral”. É essa opinião que será trabalhada, e mesmo ampliada pelos meios de comunicação (excessiva informação, superexposição, exposição alienada, etc).

É, no entanto, na sua Teoria da Ação Comunicativa, que Habermas vai se utilizar do conceito de esfera pública para a necessária emancipação social e política. Uma esfera pública que se desenvolve no “mundo da vida” (*Lebenswelt*), em contraposição ao mundo sistêmico onde se desenvolve a ação administrativa e/ou estratégica do poder público. Ou seja, o valor emancipatório do conceito. É a ação comunicativa, relacionamento racional entre sujeitos e as suas subjetividades, através da linguagem, que revitaliza a Esfera Pública num ato privilegiado para a emancipação política, as expectativas desses sujeitos sociais quanto ao futuro da vida em comum. Em contraposição tipológica à razão instrumental das comunicações produzidas no e pelo sistema que abrangeria tanto o aparato burocrático-estatal quanto as instituições da sociedade empresarial.

Assim, o quadro analítico do mundo da vida está composto por instituições capazes de renovar, manter ou romper com tradições culturais, solidariedades, processos identitários e etc. O conceito nesta obra se afasta da Teoria Histórica de Mudança Estrutural da Esfera Pública, mas se afasta também, como explica Lubenow, da concepção marxista de mediação entre sociedade civil e Estado nas relações de poder, pois “distingue a sociedade civil da economia privada” (LUBENOW, 2007, p.

108), sendo esta última, um campo do Sistema, instituição desenvolvida por ações instrumentais de comunicação estratégica.

Agora, não temos mais uma esfera fechada sem interpenetração das outras esferas. Podemos perceber a admissão e pensamentos opostos, conflituosos na “esfera de opinião-pública-política”. Na esteira deste pensamento dual habermasiano que tentaremos pensar especificamente o jornalismo como fenômeno social. As três fases do jornalismo apresentadas por Habermas na obra de 1962, e o que o autor denominou de “jornalismo de convicção”, ou “jornalismo de opinião” para indicar o jornalismo pautado nos ideais burguesas no século XVIII, na segunda fase, poderia ser classificado em sua Teoria da Ação Comunicativa como parte da esfera pública? Uma imprensa que representa os interesses de uma classe estaria realizando que tipo de ação? Estratégica ou comunicativa? O que, pelo menos a princípio parece, é que Habermas em sua Teoria da Ação Comunicativa, modificou o seu conceito de Esfera Pública, ampliando-o para permitir conflitos e interseções de outras esferas, ou para permitir outras vozes. Isto também parece possibilitar maior aproximação do conceito com os estudos sociológicos culturistas sobre a mídia em geral, e da imprensa na cena política em particular, permitindo agora pensar outros tipos de imprensa que não só a de ação instrumental ou estratégica. O debate estaria agora aberto a possibilidade do que Santos caracterizou como construção de um “novo senso comum”, um senso comum emancipatório: “exímio em captar a complexidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre coisas” (SANTOS, 2000, p.108).

Mas a utopia de Habermas serve às utopias das sociedades colonizadas? Poderíamos pensar numa infinidade de “Esferas Públicas”? E as nações multilingues, como participariam da Esfera Pública? E mesmo que consigamos garantir através da lei, o direito de argumentação para todos, garantiríamos também o acesso? A desigualdade do acesso à Esfera Pública de sociedades tradicionais, como dos povos hindus, por exemplo, parece, como diz Sousa Santos, ser abissal⁶. Estaríamos enfim diante de um conceito útil para pensar um processo de emancipação de povos que foram silenciados por séculos?

45

3 ECOLOGIA DOS SABERES: EM DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E SUAS EMERGÊNCIAS

O pensamento dos estudos culturais pós-coloniais vem se desenvolvendo na busca de caminhos que provoquem o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo. Atitude de aproximação entre a multiplicidade de saberes científicos e dos saberes oriundos da experiência prática da vida cotidiana. Ideal político que surgiu da crítica de que a intenção da separação dos muitos campos científicos, suas classificações e a forma oficialmente privilegiada desses conhecimentos sobre os conhecimentos tradicionais. Foi um projeto político de legitimação dos ideais ocidentais, regido por uma racionalidade que Santos entendeu como “indolente” que

⁶ Metáfora usada pelo autor para definir o abismo que separa os conhecimentos ocidentais dos não-ocidentais (SANTOS, 2007)

desperdiça o saber produzido pela e na experiência⁷ e não uma consequência natural da neutralidade do conhecimento científico⁸. Com base nesta crítica, vamos aproximar as abordagens dos estudos pós-coloniais e da sociologia da comunicação, na tentativa de interpretação do conceito de esfera pública e sua utilidade para uma imprensa contribuinte da emancipação política rumo aos valores democráticos do seu público ouvinte/leitor/telespectador.

No percurso realizado nas obras citadas de Habermas na transformação do conceito de esfera pública através do afastamento da Teoria Histórica da “Mudança Estrutural da Esfera Pública” para o pragmatismo da “Teoria da Ação Comunicativa”, Habermas se utiliza na primeira obra de uma análise da imprensa como parte de uma conversa iniciada e prosseguida nos espaços frequentados pela classe burguesa. Não há no conceito de esfera pública a compreensão de que se a imprensa é utilizada para as posteriores conversações, é também produzida por subjetividades oriundas das próprias esferas públicas. Para aplicarmos a sociologia das ausências⁹ (SANTOS, 2008), não só Habermas exclui esferas da época histórica, mas exclui os próprios processos de produção jornalística que envolve escolhas e que é perpassado por muitas vozes (dos editores, dos jornalistas, e etc) que neste momento histórico escreviam esta imprensa e que frequentavam os salões, os cafés, enfim os espaços sociais burgueses, mas não só, ou seja, não pressupõe que a luta de classe aconteça também no interior dos processos negociação das produções jornalísticas.

O pensamento de Habermas não permite e entendimento do fluxo cíclico da comunicação e se utiliza de um modelo linear de comunicação já suficientemente criticado por correntes teóricas e que pela imensa extensão não cabe neste artigo citá-las todas, como também não leva em conta todo o complexo processo de negociação da produção jornalística. Cabe aqui apenas apontar especificamente através da abordagem culturológica da sociologia da comunicação, especificamente da sociologia da produção de notícias, que desde Max Weber (1921, 1946) que escreveu sobre a posição social do jornalista enquanto pessoa política, depois Robert Park (1923), ele próprio ex-jornalista, que escreveu sobre a produção de notícias e sobre a própria notícia como uma forma de conhecimento e Helen Hughes (1940) que escreveu um antigo estudo sobre as matérias de interesse humano; sabemos da complexidade da relação no fluxo público-jornal-publico e suas implicações nas notícias e vice-versa.

A exclusão da atuação das subjetividades dos produtores da imprensa na esfera pública, é o que Santos denomina de “razão metonímica”: uma racionalidade que, “obcecada pela ideia de totalidade”, proclama que o todo é maior que as partes, quando o que ocorre com as subjetividades é justo o contrário (SANTOS, 2008, p. 97). O todo de uma Esfera Pública mediatizada, por mais que consideremos certa similaridade sócio-cultural entre os grupos, será sempre menos do que a soma das

⁷ Cf. Em Santos (2000, p.42) Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência.

⁸ Este projeto político tem sido denominado por Boaventura de Sousa Santos de “Ecologia dos Saberes”. (SANTOS, 2008, p. 137-166).

⁹ As ideias que proclamam o pensamento único neoliberal dominante, são as mesmas que desperdiçam todas as experiências de mundo que pensam de forma diversa. Boaventura de Sousa Santos propõe a passagem do que chamou de “razão indolente” para uma “razão cosmopolita” (*Apud* LEIBNIZ, 1985) (2008, p. 93-135).

muitas subjetividades individuais que se produzem nas ações comunicativas complexas nos meios contemporâneos. Portanto, entendendo a influência da imprensa na esfera pública num modelo linear de comunicação: emissor-canal-recetor, Habermas produz a ausência de subjetividades, o que Santos chamou de “lógica da monocultura do tempo linear” às sociabilidades (SANTOS, 2008, p. 103).

Já na Teoria da Ação Comunicativa, o conceito de esfera pública é utilizado sem ter em conta o desenvolvimento dos meios de comunicação e as diversas formas de interações que tal desenvolvimento permitiu a altura. A comparação feita por Habermas entre espetacularização da política midiática contemporânea e a da publicidade da Idade Média, o que dá sentido a sua tese de refeudalização da Esfera Pública, foi criticada por Thompson (1996) que aponta também para uma simplificação demasiada de Habermas do funcionamento dos meios de comunicação e de seus impactos nas sociedades modernas.

A simplificação de Habermas do efeito da publicidade atual conseguida principalmente pela rede eletrônica mundial não poderia nos ajudar a entender ou a visualizar as Esferas Públicas de hoje, se quiséssemos usar o conceito. As interações já não são compartilhadas apenas no mesmo espaço e ao mesmo tempo; o espetáculo já não parte só da TV para a realidade, mas são montados nos espaços reais para serem levados às milhares de televisões; a economia privatizada dos monopólios mundializados de comunicação, também depende de suas audiências localizadas, das linguagens nacionais para a publicidade de seus produtos. Toda a comunicação é estratégica, mas o controle total dessa estratégia é improvável.

A explicação pormenorizada do que acima foi dito está no trabalho de Esteves que, ainda na esteira do pensamento da Teoria Crítica, fala em “níveis sociais” constituintes da realidade para o que chama de “nova teoria crítica” (2007, p. 40), quando aconselha uma teoria que trabalhe as diferenciações, as articulações e os pontos de tensão entre esses níveis. Os níveis são os assimilados do que Habermas chama de Mundo da Vida e Sistema Funcional, sendo que o último colonizando o primeiro em larga e veloz escala. Com os estudos pós-coloniais, teríamos no Sistema Funcional da imprensa hoje, toda a racionalidade metonímica e as lógicas de produção de não-existência (cf. SANTOS, 2006, p. 102-105). A linguagem jornalística cientificizada com o objetivo político de uma elite de legitimar a profissão dos jornalistas por um lado e os seus “negócios da opinião” por outro, ou, na terminologia de Santos, o funcionamento em larga escala da lógica do rigor do saber de uma imprensa que usa “a escuta dos dois lados da questão” como critério único de verdade e a linguagem objetiva como critério de qualidade estética para a imparcialidade na política, ou seja, a não-opinião. Sobre isso, um jornalista brasileiro, já havia criticado em sua tese de mestrado nos anos 80. Diz Adelmo Genro,

A ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo corresponde não ao fato ou possibilidade real da existência desse tipo de informação, mas, ao contrário, ao fato de que as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas conforme uma visão de classe. Ora, sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares (GENRO, 1987, p.145).

Tal hegemonia arrebatou também a sociologia da comunicação e os meios de comunicação foram pensados através do conceito de cultura de massa e os objetos de estudo privilegiados na recepção eram os comportamentos eleitorais, comportamentos de compra e análises quantitativas de frequência de uso das mídias.

Mas, por outra mão, temos uma outra racionalidade oriunda do Mundo da Vida no embate com esta cultura capitalística, emitindo comunicações. Esteves chama de “nova esfera social” (2007, p. 236) que surge da mesma exacerbada mediação vertical e profunda das sociedades, nas quais todos os espaços estão ocupados por e pela mídia e sua influência. Agora o público é ilimitado, não podemos mais entender por público o corpo eleitoral de uma nação, mas sim todos aqueles indivíduos capazes de compreensão de uma mensagem e espaço público, o lugar onde ocorre a argumentação, o diálogo ou o conflito, são muito provavelmente as próprias mídias. Esse exorbitante esgarçamento do espaço público que atravessa todo o Mundo da Vida, torna inviável estratégias de instrumentalização racional na sua totalidade.

Portanto, a par com formas manipulativas de comunicação, circulam formas discursivas convencionais, produto e produtoras de articulações racionais que podem conceder espaço e reflexões para processos de esclarecimento, de formação e/ou participação política. Esteves, citando Blumer (1946), explica que assim temos as duas grandes correntes de formação comunicativa atuando juntas com significados distintos: uma que conduz a uma racionalidade esclarecida e outra que conduz a emotividade e ao preconceito. Esta tensão no campo mediático não se reduz apenas, como muitos analistas têm colocado, ao problema da propriedade da mídia (sejam públicos ou privados), “trata-se de um problema mais global, relacionado com o sistema de valores e o quadro de relações sociais que constituem o meio ambiente em que operam os media” (2007, p. 238) na tensão entre imperativos econômicos e imperativos políticos. Ou seja, é a qualidade das relações sociais e das relações políticas das sociedades, o que determinará a qualidade da esfera pública dentro e fora dos meios de comunicação.

Agora podemos pensar no rastro dos estudos culturais, essa “nova e ampla esfera social mediada”, incluindo várias vozes. Com Barbero, por exemplo, poderíamos pensar os meios de comunicação como espaço para o engajamento político através das culturas, como aconselhou o pesquisador colombiano passando dos meios às mediações: “...no caso dos meios massivos implicaria construir sua história a partir dos processos culturais enquanto articuladores das práticas de comunicação – hegemônicas e subalternas – com os movimentos sociais” (1997, p. 229) . Estaríamos assim contribuindo para a construção de “linguagens alternativas”, como pediu a feminista Nancy Fraser (2010)¹⁰, para a compreensão das vozes contra-hegemônicas no espaço público. Ou, para a aplicação de uma “arqueologia da modernidade”, como pediu Santos¹¹, ao conceito de esfera pública permitindo

¹⁰Considera o conceito de esfera pública formulado por Habermas como “indispensável para a Teoria Crítica de qualquer um que deseje pensar os limites do capitalismo na democracia”, a feminista diz que Habermas só viu um tipo de esfera pública em um momento histórico (países que realizaram o Estado-de-bem-estar social no final do século XX) e que faz-se necessário reformular o conceito para que possa abarcar as linguagens de esferas públicas alternativas

¹¹ Ideia proferida por Boaventura de Sousa Santos ao ministrar aula na quarta edição do programa de doutoramento, “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, na Universidade de Coimbra em 16 de abril de 2010.

encontrar mais problemas e descobrir a natureza “da linha do pensamento abissal”¹² que o conceito vinha construindo, ou seja, quem está fora do conceito, todos os outros indivíduos e comunidades, até mesmo os mortos (fazer falar os pensamentos ancestrais) e a agora, no pensamento ecológico, a própria Natureza.

Pensar os meios alternativos de comunicação localizada como transformadores da vida sociopolítica nas cidades, meios que surgiram apoiando movimentos sociais na América Latina e que têm sido muitas vezes denominados por alcunhas pejorativas de “imprensa nanica”, “pequena imprensa”, “rádio pirata”, “jornalzinho”. Já nem estamos a falar nas possibilidades de interação possíveis na Internet na construção de redes de informação públicas, até porque as assimetrias do acesso às conexões com a Internet são imensas nas cidades latino-americanas.

A lógica inerente a esta posição, prende-se com o fato de o acesso à Internet ser visto com o mesmo grau de importância como outras infraestruturas básicas, tais como estradas, água potável ou tratamento de resíduos. Ideia é defendida por Hamadoun Toure, secretário-geral da União Internacional das Telecomunicações. No Brasil, o movimento evoca a Carta Magna, de 1988 que prevê o direito à informação¹³. Percebe-se aqui, a semente da passagem de um pensamento abissal, para um pós-abissal, quando alguns cientistas e alguns políticos enfatizam as possibilidades de uma esfera pública na Internet. A ampliação do acesso para todos poderia compor uma esfera pública mais cosmopolita cumprindo um ideal de “simultaneidade como contemporaneidade, o que só pode ser conseguido abandonando a concepção linear do tempo” (SANTOS, 2010, p. 53) e talvez, um camponês africano pudesse realmente/virtualmente encontrar-se com um funcionário do Banco Mundial - só para usar o mesmo exemplo utilizado por Santos – e conversar numa rede sociopolítica, de maneira tolerante.

Tal concepção seria impossível ao olhar habermasiano que não contempla a desenvoltura atual dos meios de comunicação e suas possibilidades na vida social contemporânea. Habermas, enxerga não a importância do desempenho da imprensa na formação da esfera pública burguesa e sim e apenas a relação das conversações masculinas e compostas por sujeitos letrados, estimuladas por esta imprensa. E, em sua Teoria da Ação Comunicativa, mesmo depois de se afastar da análise histórica, Habermas não enxerga as possibilidades do mundo da vida contemporâneo e pede uma normalização das comunicações políticas para a construção de uma sociedade democrática, deixando clara a sua concepção de debate público, o que fez Thompson (1996) comparar o conceito com o que acontecia na *Ágora* grega,

O debate dialético, falado entre iguais, que exclui as performatividades das muitas linguagens que perpassam os meios, a interação e influência entre meios (Internet-TV, etc) e, é por isto, na Teoria da Ação Comunicativa o debate político-

¹² Metáfora, por Sousa Santos, para definir como o pensamento moderno ocidental tem tratado os conhecimentos não ocidentais: de maneira abissal (no sentido de que há uma divisão que separa os dois tipos de conhecimentos por uma linha onde de um lado está o conhecimento científico moderno e do outro, todos os outros tipos de conhecimentos desaparece a distinção “do outro lado da linha” enquanto distinção da realidade. O que desaparecem, tornam-se inexistente, o que não existe não é relevante ou compreensível.

¹³ Prevista no art. 5º, XIV, da Constituição Federal de 1988, “é assegurado a todos o acesso à informação”.

mediático enclausurado unicamente nos formatos de programas de entrevistas e mesas redonda. Percebe-se porque o descarte da palavra “esfera” em Esteves: ele observou a transformação da natureza da opinião pública numa sociedade mediatizada, senhora de uma economia privada que superou o poder público do Estado. Passou dos meios às mediações, retirando a linha imaginária fronteira do conceito passando à abertura do espaço virtual da vida política contemporânea onde a formação de opinião pode expressar-se através da canção, da teatralização, e não só da discussão razoada por argumentos e falada por iguais em um mesmo espaço geográfico e linguístico compartilhado. Pode ser partilhada pelos públicos em suas estruturas sociais e culturais, na mediação entre o público e o privado, não necessariamente ao mesmo tempo ou no mesmo espaço real. A caracterização de público em Esteves tem tanto a dimensão material e objetiva, quanto a dimensão simbólica e subjetiva.

Nada disso acontece sem conflitos entre os níveis comunicativos; e a dominância da razão instrumental sob a razão comunicativa observada por Habermas é cada vez mais notória tanto nas mídias como nos espaços sociais em geral. Não parece razoável abandonar os preceitos da Teoria Crítica, aliás, diante do exposto que o professor José Manuel Mendes (2004) considera o conceito de espaço público “mais uma noção teórica do que uma realidade concreta” e recomenda o tratamento do conceito de forma plural, incluindo a diversidade de públicos e suas múltiplas identidades. Mas, teríamos que antes conseguir ver esses públicos pois, a esfera pública burguesa identificada por Habermas só foi facilmente visível porque hegemônica, ou, como identificou Boaventura, estava do lado visível da linha abissal que separa os homens na modernidade-colonial. O autor ao abandonar a identificação histórica e, especificamente, ao elaborar a noção de democracia deliberativa, não tornou possível a visibilidade da dimensão simbólica da “nova esfera pública” de Esteves, por exemplo, mesmo considerando a não totalidade do controle do nível comunicativo dominante, a produção de algo que possa ao menos ser comparado com deliberação na política. Pois, a deliberação política no entendimento de Habermas oriunda da esfera pública, é a discussão que visa o consenso que por sua vez é alcançado “a força do melhor argumento” entre indivíduos semelhantes, competentes comunicativamente.

De fato, temos um universo social distinto disto, particularmente nos países periféricos ao centro hiperindustrializado. Voltando a Barbero enxergamos uma realidade social nesses países, ambientada pela mídia e não mais apenas espetacularizada pela mídia de maneira massificante. Esta sociabilidade estaria com a proliferação dos diferentes tipos de meios de comunicação transpassada por diferentes culturas e expressões e interesses conflituosos, mas que contrariam as grandes narrativas que apontam um sentido único de progresso à história. Isto para o autor bastaria para superar a racionalidade dominante ocidental desde a invenção da escrita e do discurso lógico, que relegava ao mundo de sons e imagens à esfera das emoções e expressões. Tal pensamento nos remete à totalização da vida social, numa espécie de “síntese pós-moderna”, resultado do amalgamento das expressões e subjetividades que perde no horizonte o próprio significado da relação poder-comunicação para a política. Uma perda conseguida pela banalização do espetáculo que mistura realidade e ficção ou que transforma o estatuto referencial de realidade em seu simulacro.

A imprensa como agente intercultural de tradução visaria “criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objetivos de ação” (SANTOS, 2006, p. 805). O trabalho da sociologia da emergência através da hermenêutica diatópica: identificação e interpretação de duas ou mais culturas para revelar preocupações diferentes e comuns sobre o mesmo tema, ou seja, aqui o agente mediático permite a interação de muitas vozes que podem traduzir, sobretudo, as deliberações políticas de mundos diferentes. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o importante uso da mídia alternativa e depois da hegemônica, no “angariamento de traduções” entre movimentos sociais como o feminismo e o indigenismo zapatista, no México, que forneceu aos dois, maior potencial contra-hegemônico ao ampliar a discussão de seus interesses no espaço público. Aqui os agentes midiáticos e os atores sociais trabalharam juntos e, não foram só os usos e negociações que esses atores fizeram da e com a mídia o que os tornou vitoriosos, mas foi sem dúvida de suma importância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Remetendo-nos agora às nossas perguntas iniciais, fica claro perceber que essas são de mais fácil formulação do que as respectivas respostas. No entanto, podemos conjecturar a partir das pistas fornecidas pelas críticas ao conceito que não se pode pensar em formas participativas no debate político atual sem pensar na atuação dos meios de comunicação, particularmente nos processos de produção dos conteúdos informativos que influenciam e são influenciados pelos atores sociais envolvidos. Trata-se de um fenômeno social sem reverso. Investigadores da comunicação, no entanto, vêm forçando uma reflexão sobre o Jornalismo no sentido de enxergá-lo na sua essência de fenômeno social mediador da vida política das sociedades atuais. Adelmo inclusive reclama que é esta falta de reflexão o que nos embaça a visão e nos impede de ver suas possibilidades no fomento de uma política emancipadora e democrática.

Para pensarmos várias esferas públicas atuando concomitantemente em sociedades plurais, exige outro olhar. Não se trata de pensar os conteúdos jornalísticos que atuam nas mídias como uma espécie de “colagem” do conceito de esfera pública burguesa até porque isso nos colocaria de volta à remissão do jornalismo como “quarto poder”¹⁴. Trata-se sim de pensar projetos políticos de meios alternativos, de luta por democratização dos meios de comunicação, pela constituição de formas políticas que permitam a participação da sociedade na estrutura midiática. Olhar para a circulação da informação jornalística não pelo o que ela manipula, ou pelo que ela tem de disponível, mas sim no que ela tem de possibilidade, numa sociologia das emergências (SANTOS, 2006, p. 798). Ou, como explica Moretzsohn quando nos pede para “pensar contra os fatos”, para que o Jornalismo cumpra a promessa de esclarecimento, esclarecendo, sobretudo, que “todo o discurso é ideológico” e que não há informação independente de interpretação.

¹⁴ Expressão criada para qualificar, de modo livre, o poder da mídia ou do jornalismo em alusão aos outros três poderes típicos do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário). Refere-se ao poder da mídia quanto a sua capacidade de manipular a opinião pública, seria, portanto, uma classe prestigiada por ser proprietária dos meios de comunicação social privados, a burguesia contemporânea.

Só assim, poderíamos ver o espaço midiático como espaço público no âmbito dos territórios culturais regionais e/ou locais e nacionais. Pensar uma abertura dos atos cognitivos para a construção de linguagens alternativas e gramáticas argumentativas para enxergar e discutir as problemáticas excluídas, como pediu Nancy Fraser (2010), ou para o aproveitamento das experiências oriundas deste conhecimento sobre o cotidiano, próprio do jornalismo enquanto fenômeno, como pediu Boaventura de Sousa Santos. Um espaço mediático produzido por cidadãos esclarecidos sobre que a segurança de sua própria cidadania depende da inclusão dos não-cidadãos.

A universalidade preterida pela proposta de acordo normativo de Habermas em uma esfera pública produtora de opinião política para a prática democrática deliberativa, parece não almejar um corpo de cidadãos atuantes e sim, a institucionalização da comunicação sob as bases da racionalidade comunicativa de sua teoria. Isto parece, portanto, uma utopia emancipatória de quem considera ainda a necessidade da continuidade do desenvolvimento do projeto iluminista da modernidade ocidental. Tal crença não permite ver nas transformações sofridas pelas sociedades ex-colonizadas e suas diferentes formas de participação no debate político de quem nunca foi parte desta modernização. Além disso, tal normatização não permitiria a abertura dos atos cognitivos do espaço público mediatizado para novas linguagens como o mencionado acima. Trata-se da difícil tarefa de conceber em simultâneo o direito indígena e o direito branco, o conhecimento que há aquém e além do conhecimento científico, e, como Gandhi, abolir a guerra e a intolerância.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jésus-Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

ESTEVES, João Pissarra. Novos Desafios Para Uma Teoria Crítica da Sociedade: a questão política da comunicação moderna, in, MESQUITA, Mário (Org.) **Revista de Comunicação e Linguagens**, no 21/22, Março, p. 89-103. Lisboa: Cosmos, 1985.

_____. **A Ética da Comunicação e os Media Modernos**: legitimidade e poder nas sociedades complexas. 3 ed. aumentada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia atualmente existente, in: CRAIG, Calhoun, **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1992. Disponível em: <www.equidad.scjn.gob.mx/spip.php?page> Acesso em: 10 jun. 2010.

GENRO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GUATARI, Félix; ROLNIK, S. **Micropolíticas, Cartografias do Desejo**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____ **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____ *Theory of Communicative Action.* Cambridge: Polity Press, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários.** São Paulo: Página Aberta. 1991.

LUBENOW, Jorge A. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, vol. 1 n. 10, p. 103-124. São Paulo: USP, 2007.

MENDES, José Manuel. Média, Públicos e Cidadania: algumas notas breves. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n 70, p. 147-158. Coimbra: CES, 2004.

MORETZOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos:** jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do Pós-moderno ao Pós-colonial.** E para além de um e de outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, p. 16-18 de setembro, 2004.

_____ **A Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

_____ **A Crítica da Razão Indolente:** contra o desperdício da experiência. 5 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

_____ (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente:** Um Discurso sobre as Ciências revisitado. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

_____ **Para Além do Pensamento Abissal:** das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n 78, p. 3-46. Coimbra: CES, 2007.

SILVA, Felipe Carreira da. **Habermas e a Esfera Pública:** reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 35, 117-138, 2001. Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n35/n35a05.pdf> Acesso em: 18 jun. 2010.

THOMPSON, John B. *La Teoría de La Esfera Pública.* **Voces & Cultura**, n 10, p. 1-12. Barcelona: Paidós, 1996.